ISSN 2596-0253

Artigos .COM

A inclusão de estudantes transexuais no ambiente escolar: desafios e possibilidades

The inclusion of transgender students in the school environment: challenges and possibilities

La inclusión de estudiantes transexuales en el entorno escolar: desafíos y posibilidades

Simon Gomes Arruda[1].

RESUMO

Objetivo: Analisar os principais desafios enfrentados por estudantes transexuais no ambiente escolar, bem como identificar possibilidades para uma inclusão efetiva por meio de políticas públicas, práticas pedagógicas e formação docente. **Revisão bibliográfica:** A análise teórica demonstrou que estudantes transexuais são frequentemente vítimas de exclusão, discriminação e violência simbólica nas escolas, o que afeta diretamente seu rendimento e permanência escolar. A ausência de formação específica dos profissionais da educação, a escassez de ações da gestão escolar e a falta de aplicação das diretrizes nacionais de equidade de gênero agravam esse cenário. No entanto, experiências escolares inclusivas, baseadas em escuta ativa, respeito à identidade de gênero, uso do nome social e formação continuada dos educadores, mostram-se eficazes na promoção de ambientes mais acolhedores e seguros. **Considerações finais:** Pode-se considerer que a inclusão de estudantes transexuais depende do compromisso ético-pedagógico da escola com a diversidade, da formação de professores para atuar com equidade e do fortalecimento de políticas públicas que assegurem os direitos humanos no ambiente educacional.

Palavras-chave: Estudantes transexuais, Inclusão escolar, Diversidade de gênero, Políticas públicas, Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Objective: To analyze the main challenges faced by transgender students in the school environment, as well as to identify possibilities for effective inclusion through public policies, pedagogical practices, and teacher training. **Literature review:** The theoretical analysis demonstrated that transgender students are frequently victims of exclusion, discrimination, and symbolic violence in schools, which directly impacts their academic performance and school retention. The lack of specific training for education professionals, the scarcity of school management actions, and the failure to implement national gender equity guidelines worsen this situation. However, inclusive school experiences based on active listening, respect for gender identity, the use of social names, and continuous teacher education have proven effective in promoting safer and more welcoming environments. **Final considerations:** It is concluded that the inclusion of transgender students depends on the school's ethical-pedagogical commitment to diversity, on teacher training focused on equity, and on the strengthening of public policies that guarantee human rights in the educational environment.

Keywords: Transgender students, School inclusion, Gender diversity, Public policies, Pedagogical practices.

[1] Universidade Anhanguera, São Mateus - ES.

SUBMETIDO EM: 6/2025 | **ACEITO EM: 7/2025** | **PUBLICADO EM: 8/2025**

RESUMEN

Objetivo: Analizar los principales desafíos que enfrentan los estudiantes transexuales en el entorno escolar, así como identificar posibilidades para una inclusión efectiva a través de políticas públicas, prácticas pedagógicas y formación docente. **Revisión bibliográfica:** El análisis teórico demostró que los estudiantes transexuales son frecuentemente víctimas de exclusión, discriminación y violencia simbólica en las escuelas, lo que afecta directamente su rendimiento y permanencia escolar. La falta de formación específica para los profesionales de la educación, la escasez de acciones por parte de la gestión escolar y la ausencia de aplicación de las directrices nacionales sobre equidad de género agravan esta situación. Sin embargo, las experiencias escolares inclusivas, basadas en la escucha activa, el respeto a la identidad de género, el uso del nombre social y la formación continua del profesorado, se muestran eficaces en la promoción de entornos más acogedores y seguros. **Consideraciones finales:** Se concluye que la inclusión de estudiantes transexuales depende del compromiso ético-pedagógico de la escuela con la diversidad, de la formación docente orientada a la equidad y del fortalecimiento de políticas públicas que garanticen los derechos humanos en el ámbito educativo.

Palabras clave: Estudiantes transexuales, Inclusión escolar, Diversidad de género, Políticas públicas, Prácticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto espaço de formação cidadã, socialização e desenvolvimento humano, desempenha um papel central na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse ambiente, espera-se que todos os estudantes, independentemente de suas características pessoais, tenham garantido o direito à educação de forma equitativa, inclusiva e respeitosa, conforme alega Teixeira JA (2024) essa realidade ainda está distante para muitos sujeitos que vivem fora dos padrões socialmente normativos, como é o caso das pessoas transexuais. O cotidiano escolar, em vez de ser um local de acolhimento e construção de saberes, pode se tornar um espaço hostil, de exclusão e sofrimento.

Estudantes transexuais enfrentam uma série de desafios no ambiente escolar que vão desde o uso inadequado do nome social e da identidade de gênero até a prática explícita de *bullying*, violências simbólicas e físicas, de acordo com Lima SA (2023) o preconceito, muitas vezes naturalizado por colegas, professores e até gestores escolares, revela uma estrutura educacional que não está preparada para lidar com a diversidade de identidades de gênero. A falta de políticas educacionais efetivas, o despreparo de profissionais da educação e a ausência de debates sobre gênero e sexualidade contribuem para a reprodução de práticas discriminatórias.

Essa exclusão não se dá apenas no plano físico ou administrativo da escola, mas se expressa de forma mais profunda na cultura institucional. A permanência de uma lógica cisnormativa que entende como natural apenas a vivência de gênero conforme o sexo biológico cria barreiras invisíveis, porém potentes, que dificultam a vivência plena e respeitosa de estudantes trans, como salienta Almeida DA (2022) a negação do uso do banheiro adequado, a obrigatoriedade de uso de uniformes com base no sexo de registro e o desprezo pela identidade de gênero são exemplos de como o cotidiano escolar pode violentar emocionalmente esses sujeitos.

Apesar dos avanços legais, como a recomendação do uso do nome social em documentos e ambientes escolares, tais medidas muitas vezes esbarram em resistências culturais e institucionais, de acordo com Arruda SG (2025) o reconhecimento formal da identidade de gênero é um passo importante, mas não suficiente. Para que se construa uma escola realmente inclusiva, é necessário um compromisso político e pedagógico com a transformação das práticas cotidianas, com a formação continuada dos profissionais da educação e com a escuta ativa das demandas de estudantes trans.

A invisibilidade das questões trans no currículo escolar também é um fator que contribui para a marginalização desses estudantes, Lima WE, et al (2023) afirma que a ausência de representações positivas e discussões sobre gênero, sexualidade e direitos humanos dificulta a construção de um ambiente de pertencimento. Além disso, impede que outros estudantes desenvolvam empatia e compreensão sobre as diferentes formas de vivenciar o gênero, perpetuando estigmas e estereótipos.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados por estudantes transexuais no ambiente escolar, bem como mapear as possibilidades de enfrentamento e transformação dessa realidade. Pretende-se discutir o papel das políticas públicas, das práticas pedagógicas inclusivas e da formação docente na construção de espaços escolares mais acolhedores, democráticos e diversos. A análise parte do pressuposto de que a educação tem o poder de desconstruir preconceitos e formar cidadãos mais conscientes e respeitosos com as diferenças (LOURO GL, 2018).

Por fim, a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva implica a superação de práticas conservadoras, a valorização da diversidade e o compromisso com os direitos humanos, de acordo com Lima SA (2023) a inclusão de estudantes transexuais não deve ser vista como um favor, mas como um direito garantido por lei e respaldado pelos princípios éticos que fundamentam a educação. Promover o respeito à identidade de gênero é, portanto, um dever inalienável das instituições escolares e de todos os profissionais envolvidos no processo educacional.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Desafios enfrentados por estudantes transexuais no contexto escolar

A escola é, historicamente, um espaço de construção de saberes, mas também de reprodução de normas sociais. Para estudantes transexuais, esse ambiente que deveria ser de acolhimento e formação, muitas vezes se transforma em um espaço de exclusão, onde o preconceito se materializa de formas diversas, de acordo com Pereira IGS (2025) a trajetória escolar dessas pessoas é frequentemente marcada por obstáculos que dificultam sua permanência e seu desenvolvimento pleno. Entre os principais desafios enfrentados estão a discriminação, o *bullying* e a ausência de políticas inclusivas que respeitem sua identidade de gênero.

A discriminação contra estudantes transexuais pode ocorrer de maneira direta ou sutil, sendo praticada não apenas por colegas, mas também por professores e demais funcionários da escola. Essa discriminação se expressa por meio de piadas, olhares de reprovação, questionamentos constantes sobre a identidade de gênero do aluno e até mesmo atitudes de desprezo ou rejeição. Muitas vezes, a escola falha em reconhecer essas agressões como violência, o que perpetua um ciclo de invisibilidade e dor para os alunos transexuais (FERREIRA DG e MENDONÇA JGR, 2023).

A violência simbólica é outro fator que afeta profundamente a vivência escolar de pessoas trans. Trata-se de formas de agressão que, embora não físicas, reforçam a inferiorização ou negação de sua identidade, conforme alega Teixeira JA (2024) isso acontece, por exemplo, quando a escola se recusa a usar o nome social do aluno ou quando os professores se dirigem a ele por pronomes incompatíveis com sua identidade de gênero. Essa violência diária causa sofrimento emocional e compromete a relação do aluno com o espaço escolar.

A ausência de políticas claras que garantam o uso do nome social e o respeito à identidade de gênero ainda é uma realidade em muitas escolas brasileiras. Mesmo com avanços legislativos e normativos em algumas redes de ensino, a implementação prática dessas medidas esbarra em resistências culturais, religiosas ou ideológicas. Muitas vezes, a aplicação do nome social depende da boa vontade de gestores ou professores, o que torna o direito à identidade instável e frágil (SOUZA GOM, 2016).

Além disso, não basta apenas reconhecer o nome social nos documentos escolares; é necessário garantir que essa identidade seja respeitada no cotidiano da escola. Isso inclui desde a chamada em sala de aula até os registros de frequência e avaliações, de acordo com Lima SA (2023) quando esse respeito não ocorre, o estudante se vê forçado a conviver com uma identidade que não reconhece, o que gera desconforto, vergonha e insegurança.

Outro desafio importante diz respeito ao uso de banheiros e vestiários. Muitos estudantes transexuais não se sentem seguros ou autorizados a usar os espaços que condizem com sua identidade de gênero, conforme corrobora Santos AL (2018) isso os leva, por vezes, a evitar o uso desses espaços, o que afeta sua saúde física e emocional. Em alguns casos, escolas tentam resolver a questão criando banheiros “neutros”, mas isso nem sempre é feito de forma que respeite a privacidade e a dignidade do aluno.

Essas barreiras físicas e simbólicas geram um sentimento constante de não pertencimento. O estudante transexual se vê, muitas vezes, como um intruso em um espaço que deveria ser seu por direito, deste modo como afirma Alves AN (2020) isso dificulta o engajamento com os estudos, o estabelecimento de laços afetivos com colegas e professores e, principalmente, o pleno desenvolvimento pessoal e acadêmico. Quando a escola não reconhece essas questões, ela colabora para a exclusão social dessas pessoas.

A falta de formação dos profissionais da educação sobre questões de gênero contribui para a manutenção desse cenário de exclusão. Muitos professores e gestores não sabem como lidar com a presença de um aluno trans em sala de aula e acabam adotando posturas evasivas ou preconceituosas. A formação continuada, com foco em diversidade e direitos humanos, é fundamental para que a escola se torne um espaço verdadeiramente inclusivo (SANTOS ANS, et al., 2025).

É importante ressaltar que a inclusão de estudantes transexuais não é um favor, mas um direito assegurado por princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e o acesso à educação. Cabe às instituições de ensino garantir que esse direito seja plenamente respeitado, com políticas claras, práticas pedagógicas inclusivas e uma cultura escolar que valorize a diversidade (ARRUDA SG, 2025).

Portanto, o enfrentamento dos desafios vividos por estudantes transexuais exige uma mudança estrutural nas escolas. É preciso ir além do discurso e implementar ações concretas que promovam respeito, acolhimento e equidade. Apenas assim será possível transformar o ambiente escolar em um espaço de aprendizado, convivência e liberdade para todas as identidades de gênero (SANTOS CR e JORDÃO UV, 2025).

A atuação da escola e da gestão pedagógica frente à diversidade de gênero

A escola é, por excelência, um espaço de formação cidadã. No entanto, quando se trata da diversidade de gênero, muitas instituições ainda falham em oferecer um ambiente seguro, respeitoso e inclusivo. A presença de estudantes transexuais, travestis e não binários nas escolas exige uma atuação consciente e ativa da gestão pedagógica, que deve garantir que o direito à educação seja efetivado sem discriminação como salienta Almeida DA (2022) é essencial que a escola assuma um papel protagonista na promoção do respeito às identidades de gênero.

Um dos principais caminhos para isso é a formação continuada dos profissionais da educação. Professores, coordenadores, diretores e demais funcionários escolares precisam compreender os conceitos relacionados à identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero e nome social. Essa formação não deve ser pontual, mas sim constante, para que as mudanças sejam profundas e duradouras. É necessário superar visões estereotipadas e preconceituosas que ainda circulam no ambiente escolar (AKKARI A e SANTIAGO M, 2025)

A resistência à diversidade de gênero nas escolas muitas vezes está relacionada à falta de informação. Muitos educadores não sabem como lidar com a presença de um estudante trans em sala de aula ou com a demanda por tratamento respeitoso, Moreira LMF, et al. (2024) corrobora que a formação continuada oferece ferramentas pedagógicas, jurídicas e humanas para que os profissionais possam atuar de forma ética, responsável e acolhedora, contribuindo para a permanência e o sucesso escolar desses estudantes.

Além da formação, é essencial que a escola desenvolva protocolos de acolhimento claros e eficazes. Esses protocolos devem prever ações para garantir o respeito ao nome social, a escolha do uniforme, o uso do banheiro e o enfrentamento de casos de *bullying* ou discriminação. Tudo isso precisa estar registrado de forma acessível e ser amplamente divulgado à comunidade escolar, de acordo com Sartori TL (2025) os direitos dos estudantes trans não dependerão da boa vontade individual de gestores ou professores.

A criação desses protocolos deve ser feita de forma participativa, envolvendo a gestão, os professores, os estudantes e, quando possível, especialistas ou representantes de movimentos sociais. Isso garante que as ações estejam alinhadas com a realidade da escola e com as necessidades reais da comunidade. O acolhimento institucional precisa ser planejado e sistematizado, para que não seja apenas uma resposta improvisada diante de situações de conflito (LAURENTINO MAA, 2022).

Outro aspecto fundamental é o envolvimento das famílias nesse processo. A escola pode ser um espaço importante para o diálogo com os responsáveis, ajudando-os a compreender e respeitar a identidade de gênero de seus filhos, deste modo como salienta Costa AM, et al. (2023) o acolhimento não deve se restringir ao estudante trans, mas deve se estender ao seu entorno social, fortalecendo redes de apoio que ajudem na sua permanência escolar e no seu bem-estar emocional.

Além disso, a gestão pedagógica deve se comprometer com a revisão e atualização do currículo escolar. Muitos conteúdos ainda reforçam estereótipos de gênero ou ignoram a existência de identidades diversas. É preciso incluir temas como diversidade, identidade de gênero, direitos humanos e cidadania nos componentes curriculares, de maneira transversal e não apenas em datas comemorativas. A presença desses temas no currículo ajuda a formar uma geração mais empática e crítica (DOMINGOS KLS et al., 2023).

Promover um ambiente escolar inclusivo é uma tarefa coletiva. A gestão pedagógica deve ser um agente mobilizador, que incentive o diálogo, a escuta ativa e a construção de uma cultura escolar baseada no respeito e na valorização das diferenças. É preciso sair da zona de conforto e enfrentar o desafio de transformar a escola em um espaço onde todos, sem exceção, possam aprender, conviver e se expressar livremente (ARRUDA SG, 2025).

Em suma, a inclusão da diversidade de gênero nas práticas escolares exige formação, protocolos e currículo comprometidos com a equidade, como afirma Alves AN (2020) a escola, enquanto instituição social e formadora de valores, tem o dever de romper com a lógica da exclusão e de promover uma educação que acolha todas as identidades. Só assim será possível garantir o direito à educação como um direito universal e incondicional.

Possibilidades e práticas inclusivas no ambiente escolar

A escola contemporânea precisa ser mais do que um espaço de transmissão de conteúdos: ela deve ser um lugar de vivência da diversidade e da construção de valores democráticos e inclusivos. Isso significa reconhecer e acolher as múltiplas identidades que compõem a comunidade escolar, promovendo ações pedagógicas que fortaleçam o respeito às diferenças, como salienta Costa Neto AT, et al (2025) as ráticas inclusivas, quando bem planejadas e executadas, têm o poder de transformar a realidade de estudantes historicamente marginalizados, como é o caso dos alunos LGBTQIA+.

Uma das principais possibilidades para promover a inclusão é o desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados à diversidade. Esses projetos podem abordar temas como identidade de gênero, orientação sexual, racismo, capacitismo e outros recortes sociais, sempre com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para a importância do respeito às diferenças. Quando esses projetos são inseridos no cotidiano da escola, deixam de ser pontuais e se tornam parte da cultura institucional (MOURA DLO, 2023).

Tais projetos podem assumir diferentes formatos: rodas de conversa, exposições artísticas, cineclubes, feiras culturais, seminários e campanhas de conscientização são exemplos de estratégias eficazes. A transversalidade é fundamental nesse processo, os temas ligados à diversidade não devem ficar restritos às aulas de sociologia ou filosofia, mas perpassar todas as áreas do conhecimento. Isso contribui para uma formação mais crítica, sensível e plural (QUARESMA RM, et al, 2020).

Outro ponto importante é a criação de espaços permanentes de diálogo dentro da escola, como grêmios estudantis, grupos de mediação de conflitos ou comissões de diversidade, deste modo como corrobora Silva LFF (2025) esses espaços permitem que os próprios estudantes proponham pautas, compartilhem vivências e se envolvam nas decisões da escola. Dessa forma, o protagonismo juvenil é fortalecido, e a comunidade escolar se torna mais participativa e horizontal.

As parcerias com coletivos LGBTQIA+ e organismos de direitos humanos são estratégias potentes para ampliar o alcance das ações inclusivas. Esses grupos trazem vivências, experiências e conhecimentos que enriquecem o trabalho pedagógico. Além disso, sua presença na escola legitima as discussões sobre diversidade e oferece apoio especializado aos estudantes e profissionais que ainda têm dificuldades em lidar com esses temas (DOMINGOS KLS, et al, 2023)

Tais parcerias podem resultar em formações para professores, atividades com estudantes, atendimento psicossocial e até na criação de protocolos de acolhimento para alunos em situação de vulnerabilidade, como salienta NETO AT, et al (2025) a aproximação entre escola e movimentos sociais rompe o isolamento da instituição e favorece a construção de uma rede de proteção que extrapola os muros escolares. Isso é essencial para garantir a permanência e o bem-estar de estudantes LGBTQIA+.

Para que a inclusão se concretize, é fundamental incentivar a escuta ativa dos estudantes. Isso significa ouvir com atenção, empatia e sem julgamentos as demandas, relatos e sugestões dos alunos, deste modo

Lima WE, et al (2023) firma que práticas discriminatórias passam despercebidas pelos adultos, mas são sentidas com intensidade pelos jovens. Por isso, abrir canais de escuta é uma forma de identificar problemas e agir de maneira preventiva e humanizada.

Essa escuta ativa deve estar presente tanto nos espaços formais, como reuniões e conselhos escolares, quanto nos informais, como conversas diárias entre professores e alunos, como salienta Costa AM, et al (2023) quando os estudantes percebem que são ouvidos e levados a sério, desenvolvem um senso de pertencimento à escola. Isso contribui diretamente para a sua autoestima, segurança emocional e desempenho acadêmico.

Outro elemento central é a criação de um ambiente seguro e empático, onde todos possam se expressar sem medo de represálias ou violências. Isso implica coibir práticas de *bullying*, preconceito e discriminação com ações claras, e não apenas discursos. É necessário que a equipe escolar tenha firmeza ao lidar com essas situações, adotando medidas educativas, mas também responsabilizadoras quando for o caso (LAURENTINO MAA, 2022).

A empatia, nesse contexto, precisa ser cultivada desde os primeiros anos da escolarização. Estratégias como o ensino de habilidades socioemocionais, o uso de literatura infantil inclusiva e a valorização das histórias de vida dos estudantes podem ser poderosas ferramentas para promover o respeito às diferenças. O olhar atento e cuidadoso do educador é essencial para perceber quando um aluno está em sofrimento ou se sentindo excluído (SILVA SE, 2024).

A escola também pode investir em ações afirmativas, como o reconhecimento de datas importantes para a comunidade LGBTQIA+ e a valorização de figuras históricas que contribuíram para a luta por direitos, de acordo com Medeiros JL (2022) essas ações ajudam a construir uma narrativa mais inclusiva e a combater a invisibilidade que ainda marca a trajetória de muitas pessoas LGBTQIA+ na sociedade e na educação.

Por fim, é importante reforçar que práticas inclusivas não são uma "moda" ou um favor, mas um compromisso ético e legal das instituições de ensino. Garantir um ambiente acolhedor e livre de preconceito é parte fundamental do direito à educação e deve ser prioridade para todos os profissionais da área. Quando a escola assume esse compromisso de forma concreta, ela se torna um espaço de transformação social e de promoção da cidadania (ARRUDA SG, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios enfrentados por estudantes transexuais no ambiente escolar, torna-se evidente a urgência de repensar práticas pedagógicas, políticas institucionais e atitudes cotidianas que ainda reforçam a exclusão e o preconceito. A inclusão desses estudantes não se resume a medidas pontuais, como o uso do nome social, mas exige uma mudança profunda na cultura escolar, com base no respeito à diversidade, na promoção dos direitos humanos e na valorização de todas as identidades de gênero. É fundamental que escolas, gestores e educadores assumam um compromisso ético e político com a construção de espaços verdadeiramente inclusivos, capazes de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar de estudantes trans, contribuindo assim para uma educação mais justa, democrática e transformadora.

REFERÊNCIAS

1. AKKARI A, SANTIAGO M. Pojetos interculturais na escola: reflexão e ação no coletivo. Solisluna Editora, 2025.
2. ALMEIDA DA. As Políticas Públicas Educacionais Nacionais e suas ações para a Inserção da Diversidade Sexual e de Gênero nas Escolas. 2022.
3. ALVES AN. Entre o silenciamento naturalizado e o eco escolar da comunidade LGBTQ+: a emergência da existência/resistência do NUGED–IFSUL. 2020.
4. ARRUDA SG. Educação corporativa sobre identidade de gênero: reduzindo a transfobia nas organizações. Revista Artigos. Com, 2025; 25: e20609.
5. ARRUDA SG. Efeitos da discriminação no ambiente de trabalho sobre pessoas transexuais.
6. ARRUDA SG. Nome social e acesso à documentação escolar: garantias legais e práticas nas escolas públicas. Revista Artigos. Com, 2025; 25: e20778.
7. COSTA AM, et al. A visibilidade das infâncias na escola: agenda de acolhimento em contextos de vulnerabilidade social. 2023.
8. COSTA NETO AT, et al. A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE SEXUAL: proposições para o Ensino Médio do Colégio Universitário da UFMA em São Luís-MA. 2025.
9. DOMINGOS KLS, et al. Educação sistematizada com mulheres trans e travestis no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro: formação humana e processo de exclusão. 2023.
10. FERREIRA DG, MENDONÇA JGR. O fenômeno bullying no ambiente pedagógico: estudo dos aspectos históricos e conceituais baseados nas diferenças sociais e culturais. Boletim de Conjuntura (BOCA), 2023; 14(41): 116-13.
11. LAURENTINO MAA. Gestão democrática da escola pública: estudo comparado entre Brasil e Portugal. 2022.
12. LIMA SA. “Me chame pelo meu nome, me deixa mais feliz”: etnografia sobre jovens travesti e homem trans no cotidiano escolar a partir da política do nome social. 2023.
13. LIMA WE, et al. Perspectivas de enfrentamento à LGBTQIA+ fobia na educação a partir da formação de professores no PARFOR. 2023.
14. LOURO GL. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Autêntica, 2018.
15. MEDEIROS JL. Professoras e professores transexuais e travestis na escola: diálogos sobre formação docente e a inclusão LGBTQIA+. 2022.
16. MOREIRA LMF, et al. Os direitos humanos fundamentais na formação dos educadores: subsídios para a atenção docente à condição dos alunos impactados por situação de violência doméstica. 2024.
17. MOURA DLO, et al. Educação em direitos humanos e enfrentamento às LGBTIfobias: narrativas de professoras/es do curso normal. 2023.
18. PEREIRA IGS. Vulnerabilidades, mercado de trabalho e saúde das mulheres transexuais e travestis: uma reflexão bioética. 2025.
19. QUARESMA RM, et al. Entrelaçando saberes: uma proposta de conteúdos para o ensino de sociologia no ensino médio, sob a ótica das pedagogias feministas. 2020.
20. SANTOS AL. Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico. 2018.
21. SANTOS ANS, et al. Condenadas pela cor–a disparidade racial na violência de gênero contra mulheres negras e a omissão das políticas públicas a partir do “fascismo da cor” no brasil. ARACÊ, 2025; 7(1): 4407-4436.
22. SANTOS CR, JORDÃO UV. Elucubrações éticas sobre as práticas no ensino inclusivo. Revista EDaPECI, 2025; 25(1): 82-93
23. SARTORI TL. Educação, direitos humanos e violência homofóbica no ambiente escolar: a concepção dos gestores. 2025.
24. SILVA LFF, et al. Gestão escolar: a relação da gestão escolar com a comunidade local. 2025.
25. SILVA SE. Ensino Religioso E Educação: Contribuição Da Música Popular Brasileira Para A Formação Integral Do Aluno. Revista foco, 2024; 17(12): e7265.
26. SOUZA GOM. Autodeterminação de gênero enquanto direito fundamental da personalidade: a visão pós-estruturalista da transexualidade e o projeto de lei nº 5002/2013. 2016.
27. TEIXEIRA JA. Rompendo armários: a experiência profissional de trabalhadores administrativos LGBT+ em ambientes universitários. 2024.